

Licenças em excesso

As escolas da rede pública de ensino estão sofrendo com falta de professores?

Estão. E muito. O grande número de atestados já era uma prática nas escolas públicas do DF mas este ano estamos vivendo uma situação absurda. Tivemos um movimento, a partir do ano passado, que indicava que o problema era tão sério que precisa ser tratado de maneira forte.

Quantos professores deveriam estar em sala de aula na última quarta-feira e estavam de licença médica?

Antes de mais nada, temos que diferenciar a licença gestante dos atestados médicos. Na quarta-feira, estavam fora da sala de aula 2.134 professores, sendo que 1.960 alegaram doença. Isso é um grande problema. É uma loucura ter 10% a menos da força de trabalho. E o pior, esse percentual não se divide de forma homogênea. Às vezes, faltam muitos professores em uma só escola. É impossível trabalhar assim. Não há planejamento que dê conta de substituir de uma hora para a outra metade do corpo docente de um colégio.

Essas 2 mil pessoas estão doentes?

Temos pessoas doentes, com problemas até sérios. Mas há muito abuso também. Essa noção de que há exageros se alicerça no grande aumento no número de licenças pedidas em véspera de feriados. O fenômeno foi medido não só em um ou dois feriados, mas em todo o ano de 2007. Há excessos. É como a lei seca do trânsito. Antes da lei, havia aquele que tomava um copo de vinho apenas e voltava para casa sem riscos. E havia o irresponsável que tomava todas e causava toda sorte de acidentes. No caso dos atestados, a situação é a mesma, temos os professores que, infelizmente, têm doenças graves, mas temos também os que tiram atestado pela simples facilidade de tirar a licença sem se preocupar com os alunos, com a família dos estudantes, nada além do próprio umbigo.

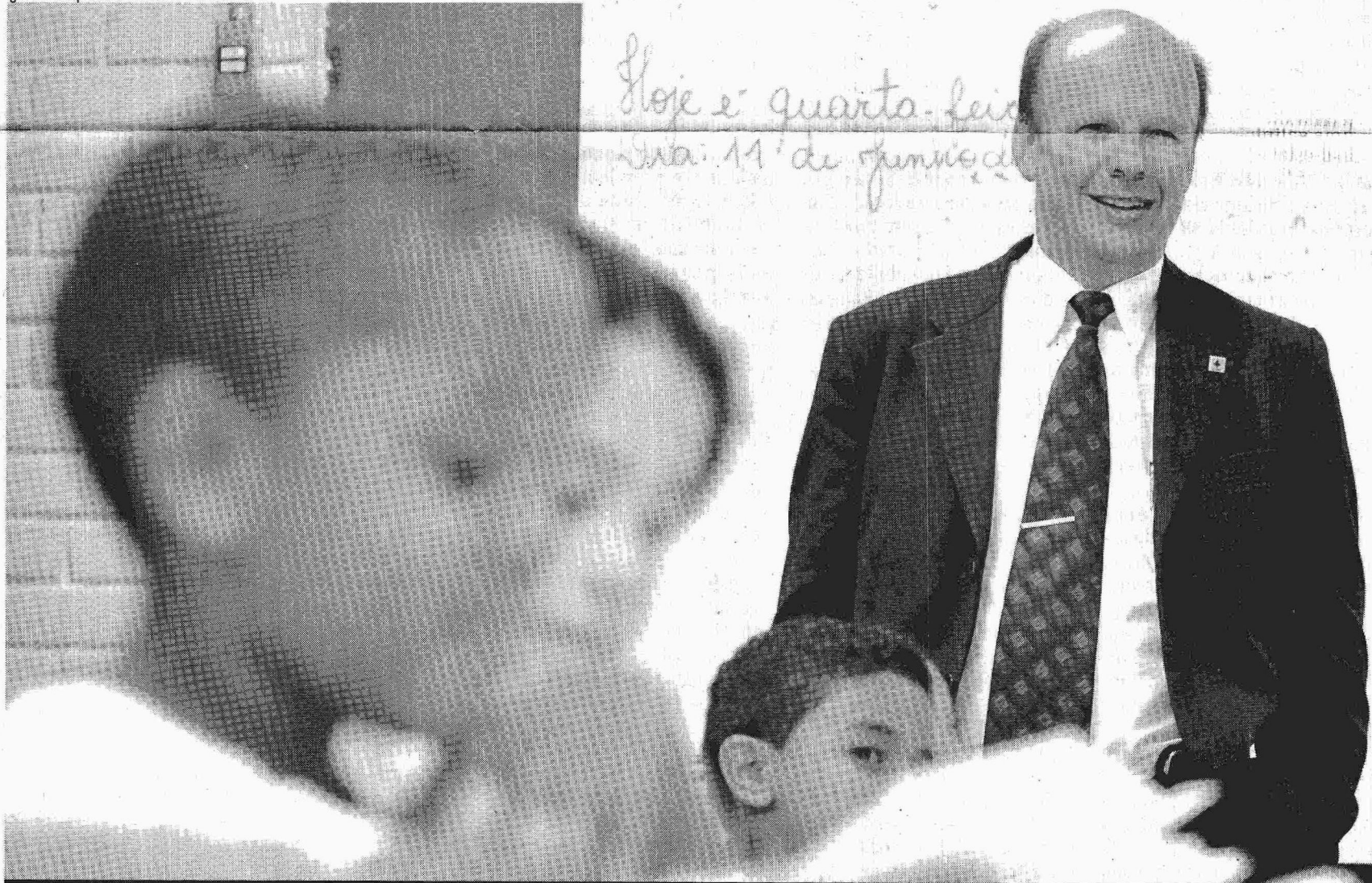
Por que o número é tão alto?

O grande problema é a dificuldade de se contrapor a um atestado médico. Quem tem autoridade e competência para questionar uma licença de poucos dias? Existem casos de difícil avaliação. Um pé quebrado não é difícil mas casos de depressão são uma encrenca. Fica quase impossível a percepção da existência ou não do problema.

E qual a solução estudada pelo governo?

Desde o ano passado temos buscado alternativas. Primeiro, foi o diálogo

Igo Estrela/Esp. CB/DA Press - 11/6/08



“TEMOS PESSOAS DOENTES, COM PROBLEMAS ATÉ SÉRIOS. MAS HÁ MUITO ABUSO TAMBÉM”

aberto. Segundo, a procura por soluções internas que melhorassem as condições de trabalho, como a construção de novas escolas e a mudança no plano de carreira. No entanto, as medidas não resultaram em situação tranquila. Mesmo tendo 17 alunos por professor na rede, ainda sofremos com a falta de professores. No ano passado, convocamos 3,3 mil temporários. Até agora neste ano, já foram 4,9 mil. Não houve epidemia, as escolas estão melhores, os professores têm novo plano de carreira com aumento médio de 17% nos salários. Não há motivo para tantos atestados.

O que fazer agora?

Faremos intervenção mais forte para achar o caminho. A autonomia da escola é o ponto principal a ser trabalhado neste momento. Entendemos por escola autônoma aquela que escolhe seus diretores, onde não há a menor

interferência de governos nos cargos e onde os cargos só podem ser preenchidos por profissionais de carreira na educação. Essa escola tem de alcançar metas e quanto mais autonomia, mais avaliação. Avaliação boa resulta em mais autonomia. Avaliação ruim, em menos. Essa escola mais autônoma precisa ter liberdade de tirar do quadro de professores e funcionários aqueles que a maioria entender que não estão adequados ao bom funcionamento do ambiente. Não estamos defendendo que os diretores sejam déspotas que tiram os professores por não seguirem sua cartilha. Mas o conjunto dos docentes de uma escola pode, e deve, ter o direito de dizer ao professor que ele não serve e deve ser devolvido.

Devolvido?

Para o recursos humanos da Secretaria de Educação e realocado em outra escola.

E isso poderá ocorrer indefinidamente ou haverá um limite?

Certamente haverá um limite. Até porque a Lei Federal nº 8.112/90 prevê a possibilidade de demissão do servidor público por falta de desempenho. Essa é uma questão que precisa ser tratada. Não considero adequada a intervenção da secretaria na escola porque interfere diretamente na autonomia. No entanto, essa mesma autonomia deve ser suficiente para que a secretaria aceite de volta alguém que a maioria dos seus pares não julgue conveniente.

E qual a tolerância à reincidência?

O desligamento só pode se dar a partir de um processo disciplinar. Mas o caso de duas devoluções já dá mostras de que alguma coisa não

anda bem e precisa ser avaliada. Essas avaliações sendo feitas de forma isenta certamente trarão resultado positivos.

Isso é polêmico...

Toda escola sabe quem é o professor que é o fera e o que é o picareta. Assim como toda empresa privada sabe quem é bom e quem não é. Esperamos que os professores reflitam. A grande maioria deles é responsável mas a questão do atestado é cultural e aceita de forma natural. Esse rompimento da cultura é o ponto chave do processo.

correiobraziliense.com.br



Ouçá na internet:
trechos da entrevista com José Luiz Valente